

Reflexão Pós-Eleitoral

por Mário Soares

As eleições em Portugal tiveram uma invulgar repercussão internacional. Porque foram eleições, de facto, excepcionais, em termos europeus. A afluência às urnas de um eleitorado interessado e sabendo claramente o que queria - que fez diminuir sensivelmente a abstenção - contrasta com o que tem vindo a ser a prática de desinteresse dos eleitorados europeus. No mesmo dia, de resto, esse desinteresse repetiu-se no referendo sobre a Europa realizado em Espanha, onde o sim à Constituição ganhou, aliás, com larguíssima margem.

Realmente é consolador saber que o Povo Português está politicamente maduro, sabe o que quer e não se deixa enganar nem deprimir, por mais insidiosa que seja a propaganda e a informação. Reconheça-se que, desde o 25 de Abril, o eleitorado português, nos momentos de crise, votou sempre certo e, frequentemente, para sair das crises, votou à Esquerda, como voltou agora a ser o caso.

O voto de Domingo último penalizou fortemente o Governo da Direita - os líderes e os partidos que o apoiavam. Sem esquecer Durão Barroso que esteve, repita-se, no início de tudo. A Direita, no seu conjunto, ficou reduzida a cerca de 36% do total dos votos expressos, no PSD e no CDS/PP. Foi a maior derrota sofrida pelos Partidos da Direita desde as Constituintes! Vão precisar de alguns anos para se recompor de uma tal derrota.

Por outro lado, o eleitorado, muito conscientemente, deu a maioria absoluta ao PS, conforme o seu Secretário-Geral, José Sócrates, repetidamente, lhe pediu. Percebeu que se o não fizesse, Portugal corria sérios riscos de ficar ingovernável. Mas, ao mesmo tempo, deu uma vitória - de uma dimensão inesperada - aos outros dois Partidos da Esquerda, PCP: com 7,57% dos votos (14 deputados) e ao Bloco de Esquerda: com 6,38% e 8 deputados. Como quem dissesse: "quero a Esquerda a governar e, para isso, dou maioria absoluta ao PS; mas, nem por isso, deixo de distribuir os votos por mais dois cestos...". Foi um raciocínio particularmente sensível no eleitorado mais evoluído dos grandes centros urbanos.

A Direita, que tradicionalmente só presta atenção ao PS quando perde - vitoriosa, ignora-o - começou logo que foram conhecidos os resultados com o canto de sereia, de que o PS deve afastar-se da outra Esquerda e que deve sentir-se obrigado a fazer as "reformas" que a Direita prometeu e que não teve a inteligência nem a coragem de realizar. Sócrates respondeu serenamente - e muito bem - que o PS tem um Programa de Governo, que foi sufragado eleitoralmente e que é esse programa, sem transigências, que irá ser cumprido.

Acresce que o Governo Sócrates, na melhor das hipóteses só vai entrar em funções em Março - tendo à sua frente uma perspectiva tranquila de 4 anos - mas, para já, em Outubro de 2005, ocorrerão eleições autárquicas, importantíssimas, e logo em Janeiro de 2006 haverá eleições presidenciais.

Numa perspectiva nacional, a opinião portuguesa espera que o PS apresente um Governo altamente competente, civicamente honesto, composto por personalidades que se imponham ao País pelos seus méritos, orientado por princípios éticos estritos, sejam ou não do PS. Ao Secretário-Geral - e a mais ninguém - cabe a responsabilidade dessa escolha. Aliás o novo Primeiro Ministro deve aproveitar os primeiros dias de governação para marcar a diferença, dando sinais claros de que corresponderá, no prazo possível, às expectativas e aspirações dos dois milhões, quinhentos e setenta e três mil e trezentos e dois portugueses que votaram PS! Zapatero, em circunstâncias idênticas, mandou retirar as tropas espanholas do Iraque. Com esse gesto, aparentemente simples, ganhou a confiança da opinião pública espanhola e o respeito dos europeus e mesmo - imagine-se! - dos americanos. Sócrates não tem tropas para retirar do Iraque. Mas deve, por palavras e por actos, dar a entender claramente aos portugueses que quem manda no Estado Português é o Governo - só o Governo - sufragado pelo voto popular e com o apoio maioritário da Assembleia da República. Não são os grandes interesses económicos ou as corporações profissionais nem, muito menos ainda, os lobbies negociatas, que só pensam em servir-se do Governo para adquirir vantagens egoístas. Portugal é um país membro da União Europeia - que se pretende activo e inteveniente - e, por isso, deve cumprir as regras comuns da União. Mas o Estado português não abdicou de definir

soberanamente os seus interesses estratégicos e não tem que se subordinar a orientações vindas de fora, de multinacionais da União Europeia ou da América, alheias aos interesses portugueses e, não o esqueçamos, aos do espaço lusófono, tão importante para Portugal. Não será difícil para Sócrates encontrar a forma prática de dar sinais nesse sentido, muito concreta e rapidamente.

A perspectiva dos dois actos eleitorais, acima referidos, aconselha que o Governo rapidamente reponha a dignidade do Parlamento, ouvindo as Oposições, sem sombra de arrogância - em democracia tanto se serve o País no Governo como na Oposição - e, sobretudo, se esforce por dialogar com os outros partidos de Esquerda com assento parlamentar. Esse diálogo é importante. A estratégia para as autárquicas - para que a vitória da Esquerda se repita e amplifique, o que será um acto de consolidação da maioria PS, decisivo - implica entendimentos pontuais em relação às autarquias que assim o aconselhem. Não serão entendidos como um sinal de fraqueza mas, pelo contrário, de força.

Quanto às presidenciais, o panorama mudou, como se percebeu logo na noite eleitoral. Com a maioria de Esquerda actual, a vitória de um Candidato da Direita parece muito difícil de obter. Qualquer que seja o escolhido. Mas em especial se vier a verificar-se uma divisão intestina prolongada no PSD, o que é igualmente previsível dado o peso do aparelho partidário. Por outro lado, o PP também em crise de liderança não vai ter particular entusiasmo em apoiar um Candidato da área do PSD (seguramente mais centrista). É muito provável, assim, que o PP não escape à tentação, para melhor se afirmar, de apoiar um Candidato do seu próprio campo.

Como se vê - de repente - por opção soberana do eleitorado, entrou-se num novo ciclo político. Extremamente interessante e complexo, em termos de ciência política e em termos práticos. Tudo vai mudar. As próprias mentalidades. As línguas vão soltar-se. Vamos saber muita coisa, quanto ao passado recente, que pressentíamos mas que ainda ignoramos. O essencial, no entanto, é que haja a energia - e a inteligência - para enfrentar a crise e a vencer. A bem de Portugal. E só os portugueses, liderados por um PS unido e forte o podem fazer!

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2005